

5

Manual Técnico do
Instituto Pasteur

**Educação e promoção da saúde no
Programa de Controle da Raiva**

Instituto Pasteur - São Paulo, SP



Governador do Estado de São Paulo

Mário Covas

Secretário de Estado da Saúde

José da Silva Guedes

Coordenador dos Institutos de Pesquisa

José da Rocha Carvalheiro

Diretora do Instituto Pasteur

Neide Yumie Takaoka

Instituto Pasteur (IP)
São Paulo, SP



**Educação e promoção da saúde no
Programa de Controle da Raiva**

Maria de Lourdes Aguiar Bonadia Reichmann (Instituto Pasteur, São Paulo/SP)

Haroldo de Barros Ferreira Pinto (CCZ – Prefeitura do Município de São Paulo/SP)

Maria Bernardete Arantes (COAS – Prefeitura do Município de São Paulo/SP)

Miguel Bernardino dos Santos (Secretaria Estadual de Educação/SP)

Osleny Viaro (CCZ – Prefeitura do Município de São Paulo/SP)

Vania de Fátima Plaza Nunes (CCZ – Prefeitura do Município de Jundiaí/SP)

Manual Técnico do Instituto Pasteur

Número 5

2000

Distribuição e informação:

Instituto Pasteur
Av. Paulista, 393
CEP 01311-000 São Paulo, SP, Brasil

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra,
desde que citada a fonte.

Tiragem: 5000 exemplares
Impresso no Brasil

Revisão de texto e normalização: Maria Mércia Barradas
Digitação: Maria das Graças Silva
Editoração eletrônica: Suzete J. da Silva
Capa: José Henrique Fontelles

Ficha catalográfica

Reichmann, Maria de Lourdes Aguiar Bonadia

Educação e promoção da saúde no Programa de Controle da Raiva, por Maria de Lourdes Aguiar Bonadia Reichmann, Haroldo de Barros Ferreira Pinto, Maria Bernardete Arantes, Miguel Bernardino dos Santos, Osleny Viaro e Vania de Fátima Plaza Nunes. São Paulo, Instituto Pasteur, 2000 (Manuais, 5) 30p. il.

1. Educação e promoção da saúde. 2. Programa de controle da raiva. I. Instituto Pasteur, São Paulo, SP. II. Título.

Apresentação

A Educação e Promoção da Saúde é uma das principais atividades em Saúde Pública e tem sido objeto do Programa de Controle da Raiva, desde seus primórdios.

No Estado de São Paulo, existe a Coordenação do Programa de Controle da Raiva desde meados da década de 70, que recomenda uma série de medidas para o controle da doença, destacando-se entre elas a “Educação Sanitária”, denominação utilizada à época. Muito se evoluiu no controle da raiva, assim como as atividades nessa área foram se aprimorando, tanto sob o ponto de vista conceitual/cognitivo, quanto de suas práticas. Isto pode ser notado até na forma em que é referida, haja vista que na década de 80 era “Educação em Saúde” e, atualmente, chamada de “Educação e Promoção da Saúde”.

A raiva por ser uma zoonose, doença transmitida aos seres humanos pelos animais, requer para seu o efetivo controle, ações direcionadas aos diversos grupamentos de mamíferos que compõem os ciclos de sua cadeia epidemiológica.

A relação homem/animal é muito importante, mas não devem ser relegados a segundo plano os cuidados que os animais merecem, e as posturas que os homens devem adotar para um convívio saudável com os mesmos.

Portanto, as atividades de Educação e Promoção da Saúde, voltadas ao controle dos animais, principalmente os que integram o ciclo urbano de transmissão da raiva, denominados domésticos urbanos ou de estimação (cão e gato), devem ser destacadas.

É importante lembrar que esse campo constitui-se em elo integrador, pois permeia as atividades entre diferentes profissionais, ramos de atuação e junto à população. As atividades voltadas para essa área não são prerrogativas apenas daqueles que se caracterizam como educadores “latu sensu”, mas dos que atuam como profissionais de Saúde Pública, assim como de todos que desempenham seu papel na sociedade moderna, enquanto cidadãos.

Este Manual Técnico do Instituto Pasteur, número 5 – Educação e Promoção da Saúde no Programa de Controle da Raiva – procura fornecer subsídios, com ênfase aos aspectos relativos aos animais de estimação, por terem uma maior convivência com os homens.

São Paulo, agosto de 2000

Neide Yumie Takaoka
Diretora Geral do Instituto Pasteur

Agradecimentos

O trabalho desenvolvido para a elaboração do presente Manual Técnico foi importante para o grupo de profissionais que participaram do processo por ter sido um contínuo aprendizado. Surgiram diversas oportunidades de ampliar conhecimentos, procurar subsídios em áreas usualmente pouco interligadas às rotinas de Saúde Pública, aprender novos enfoques e novas técnicas de abordagem de temas dirigidos à população, manter contatos com pessoas de reconhecido saber, sempre prontas a incentivar, colaborar, criticar e aprimorar o conteúdo.

A opinião, a crítica e os pareceres foram solicitados continuamente e, sempre, o atendimento foi incondicional, rico e esclarecedor. Os agradecimentos, em especial, são devidos a Alberto D'Angieri Micheletti (DCZ – Prefeitura Municipal de Jundiaí/SP), Douglas Presotto (CCZ – Prefeitura do Município de Nova Odessa/SP), Dulce Maria de Almeida Junqueira (Instituto Pasteur, São Paulo/SP), Hannelore Fuchs (Instituto Veterinário de Imagens, São Paulo/SP), Ivanete Kotait (Instituto Pasteur, São Paulo/SP), Maria Cristina Reiter Timponi (Médica Veterinária Autônoma, Jundiaí/SP), Maria Rosana Issberner Panachão (Instituto Pasteur, São Paulo/SP), Neide Yumie Takaoka (Instituto Pasteur/SP), Sueli Cândida Maciel (CCZ – Prefeitura do Município de São Paulo/SP), Rodolfo Antônio de Figueiredo (UNICAMP/SP).

Educação e promoção da saúde no Programa de Controle da Raiva

SUMÁRIO

Apresentação

Agradecimentos

Introdução	1
Objetivo do trabalho	2
Objetivos específicos	2
Considerações gerais	2
Zoonoses	2
Zoonoses mais freqüentes entre os animais domésticos	3
Leptospirose	3
Leishmaniose	4
Toxoplasmose	4
Complexo <i>Larva migrans</i> cutânea ou bicho geográfico/ancilostomíase	5
Complexo <i>Larva migrans</i> visceral/toxocariose	5
Outras zoonoses	6
Raiva e sua importância no contexto social	6
Morcegos: seu papel na natureza e no ciclo epidemiológico da raiva	8
Animais silvestres e as contra-indicações para a manutenção como animais de estimação	10
Animais silvestres não são animais de estimação	12
Posse responsável	12
Considerações sobre a opção de ter um animal de estimação	12
Concordância de todos os familiares	13
A espécie	13
O território	14
Adulto ou filhote	15
Finalidade de uso	16

Sexo	17
Raça	17
Pelagem	18
Mobilidade animal	18
Cães com dono, supervisionados ou controlados	18
Cães de família	19
Cães comunitários ou de vizinhança	19
Cães errantes, selvagens ou feras	19
Controle de danos ambientais	20
Controle reprodutivo de cães e gatos	20
O cio em cadelas e gatas	20
Duração do período reprodutivo	21
Indicações de controle reprodutivo	21
Indicações conforme as espécies animais	21
Indicações para machos	21
Idade ideal para a esterilização de animais	21
Métodos disponíveis	21
Domiciliação	21
Químicos	22
Cirúrgicos	22
Controle da saúde e do bem-estar animal	23
Principais doenças infecto-contagiosas de cães e gatos	23
Cinomose	23
Hepatite canina	24
Leptospirose	24
Parvovirose	24
Rinotraqueíte dos gatos	25
Panleucopenia felina	25
Calicivirose dos gatos	25
 Bibliografia consultada	 27
 Glossário	 29

Educação e promoção da saúde no Programa de Controle da Raiva

INTRODUÇÃO

Este material é destinado aos profissionais que atuem nas áreas de Educação e da Saúde para que possam utilizá-lo como instrumento de trabalho em suas atividades rotineiras. Desta maneira, procura abordar tópicos de interesse dos diferentes segmentos populacionais, podendo ser adaptado ou enriquecido por professores, educadores, médicos, médicos veterinários, enfermeiros e profissionais afins, em seu trabalho.

Os Programas de Controle de Zoonoses envolvem diversas atividades e todos os profissionais, técnicos e eventuais participantes são educadores pela atribuição que lhes é conferida, enquanto multiplicadores de ações educativas desencadeadas para atingir os objetivos dos programas.

O Manual de Educação e Promoção da Saúde no Programa de Controle da Raiva fornece uma série de informações técnicas que poderão constar de Programas de Educação e de Promoção da Saúde.

Explorando a temática relacionada à convivência do homem com os animais, os métodos de manutenção e de controle, é que se poderá evoluir para aprimoramento da qualidade de vida no âmbito do controle de zoonoses, de agravos produzidos por animais e de doenças específicas de animais de estimação.

A relação homem/animais, estabelecida desde os primórdios da história da humanidade, tem demonstrado ser uma convivência harmônica, alegre e, sobretudo, saudável pelo empenho na instalação de hábitos adequados na interação com animais. Trata-se de estimular hábitos de **posse responsável**.

Posturas de posse responsável redundam em melhores condições de vida porque permitem evoluir na prevenção de doenças e de agravos, assim como contribuem para a preservação do meio ambiente. Para isto, deve existir envolvimento da sociedade na busca de soluções e adequação para cada local.

Todas as atividades de controle de zoonoses se interligam a tópicos da área de Educação em Saúde, que devem ser desenvolvidos para a conscientização de comunidades e o envolvimento no controle de populações animais, levando ao aprimoramento das condições de saúde e da preservação ambiental. Os enfoques podem e devem ser positivos, agradáveis e condizentes com os valores e as opções dos diferentes grupos, mas sempre com os objetivos de promover a saúde e o bem-estar geral.

OBJETIVO DO TRABALHO

As orientações deste Manual Técnico têm por objetivo fornecer e facilitar a aplicação de conteúdos que envolvem a posse responsável de animais de estimação, preservando o ser humano de doenças, através da instalação de posturas adequadas no manuseio, na convivência e no controle desse grupo de animais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Capacitar todo profissional que atue na área da Educação e da Promoção da Saúde para abordar e discutir os tópicos de posse responsável de animais, por meio da difusão de informações sobre os direitos e os deveres de cada cidadão e de toda a comunidade.
- Incentivar o desenvolvimento de posturas adequadas no convívio com animais de estimação, para a melhoria da qualidade de vida.
- Possibilitar o desenvolvimento de atividades que incentivem a adoção de medidas de preservação da saúde humana, em decorrência da preservação da saúde de animais, por cuidados como alimentação, higiene, administração de vacinas, combate a parasitas e outras medidas preventivas e curativas.
- Estabelecer mecanismos de intercomunicação entre os serviços e os profissionais das áreas da Saúde e da Educação para a divulgação de informações e obtenção de orientações precisas e adequadas.
- Desenvolver mecanismos para o envolvimento da comunidade, de organizações não governamentais e particulares com o objetivo de implementar ou intensificar os métodos de educação e de prevenção de agravos que envolvam pessoas e animais.
- Implantar métodos de auto-vigilância em comunidades para evitar o ingresso de animais estranhos, sem controle ou de animais exóticos que possam introduzir ou agravar doenças.
- Auxiliar na promoção do convívio harmônico entre o homem, os animais e o meio ambiente.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

ZOONOSES

Zoonoses são doenças naturalmente transmissíveis entre os animais e os seres humanos.

A maioria das zoonoses estão relacionadas com posturas e/ou intervenções inadequadas no meio ambiente e passam a incidir na população humana, nas populações animais e, em especial, nos animais domésticos que com ela convivem.

Ex.: dengue, febre amarela, doença de Chagas, malária, esquistossomose, leishmaniose e raiva.

ZOONOSES MAIS FREQUENTES ENTRE OS ANIMAIS DOMÉSTICOS

Até a época atual, foram identificadas algumas centenas de zoonoses em que estão envolvidos animais de estimação. A espécie canina é referida em diversas zoonoses. Para maior clareza, segue-se uma descrição sucinta de algumas delas.

LEPTOSPIROSE

A leptospirose é uma doença transmitida por várias espécies animais: roedores, caninos, suínos, bovinos e outras.

Ela é causada por uma bactéria do gênero *Leptospira* que se concentra em ambientes escuros e úmidos. Pode ser detectada em locais de criação de animais, como estábulos, cocheiras, canis e pocilgas e em tubulações de esgoto doméstico ou de outras instalações para animais. Em locais onde ocorrem inundações, como por ocasião de chuvas, é mais notada devido ao aumento de incidência de casos.

A leptospira é eliminada pela urina de animais infectados, contaminando o ambiente e todo o material a que eles tiverem acesso. Mesmo após as enchentes, com a vazão das águas, persiste o sedimento formado por lama e outros resíduos contaminados pela bactéria, que favorece a sua permanência no ambiente, por longos períodos de tempo.

Pessoas e animais se infectam em decorrência de atividades ou circunstâncias, como: entrar em contato com as águas poluídas pela urina dos roedores ou pela urina de outros animais infectados, nadar ou procurar drenar as águas de enchentes, manter contato prolongado com os resíduos espalhados nos ambientes, sem o uso de equipamentos ou vestimentas de proteção, por exemplo, botas, luvas ou outro material protetor e sem promover a desinfecção da pele e dos locais comprometidos.

É por esta razão que o ambiente deve ser mantido limpo, o lixo embalado e destinado apropriadamente. As medidas de prevenção da instalação e da permanência de roedores num ambiente devem ser desenvolvidas, sendo denominadas medidas de anti-ratização. Da mesma forma, o ambiente de manutenção de outras espécies precisa ser controlado por medidas de higiene e de desinfecção.

O controle da leptospirose se faz através de cuidados na manutenção da limpeza do ambiente, remoção de restos alimentares humanos e de animais, cuidados na higiene pessoal, uso de vestimentas apropriadas para o trabalho em áreas de enchentes ou em tubulações de esgoto e no controle de roedores peridomiciliares.

Caso ocorram contatos diretos com águas de enchente, esgoto ou outros materiais onde haja indícios da presença de roedores, deve-se procurar orientação médica para as condutas de prevenção da doença. É importante lembrar que inexistem vacinas indicadas para uso humano.

LEISHMANIOSE

A leishmaniose é causada por um protozoário, do gênero *Leishmania*.

É uma doença que se manifesta sob duas formas clínicas: cutânea-mucosa (LCM) e visceral, envolvendo a participação de animais domésticos, sobretudo cães, e animais silvestres. Ela é veiculada por insetos, do gênero *Lutzomia*, que se desenvolvem em áreas de mata, com alta umidade e ricas em matéria orgânica. A forma cutâneo-mucosa é denominada **úlceras de Bauru** e a forma visceral, **calazar**.

Os criadouros dos mosquitos são encontrados próximos a regiões de matas e em jardins de áreas urbanas ou rurais, onde se cultivam plantas, como as das famílias Bromeliaceae e Orchidaceae, popularmente conhecidas como bromélias, abacaxi, orquídeas e outras. Em regiões semi-áridas também pode ocorrer a transmissão da doença pela presença do vetor, mas as condições gerais de desenvolvimento do mosquito não estão esclarecidas.

A participação dos cães no ciclo da doença ocorre quando um cão sadio é infectado por mosquitos e passa a constituir um elemento de disseminação do agente para o homem, mesmo sem manifestar os sintomas da doença. A positividade é indicada por exame laboratorial específico, realizado em laboratórios de referência ou especializados. A única medida de controle, atualmente indicada, é a eutanásia dos animais positivos por inexistirem tratamentos de eficácia comprovada.

A prevenção se faz pela eliminação de coleções de água limpa e parada e limpeza cuidadosa dos terrenos, em especial pela remoção de matéria orgânica animal e vegetal das proximidades do domicílio humano e nos alojamentos de animais de todas as espécies, controle de animais daninhos e incômodos, o uso de produtos repelentes a insetos e vestimentas apropriadas, quando se ingressa em matas.

TOXOPLASMOSE

A toxoplasmose é determinada por um protozoário do gênero *Toxoplasma*. A infecção pode ocorrer por contatos com dejetos de animais de estimação, pela ingestão de carne mal cozida de animais infectados ou outras formas de transmissão.

Os felinos constituem a única espécie que alberga o agente em sua forma adulta e em suas fases intermediárias de maturação, eliminando ovos do parasita com as fezes. Por isso, os gatos são os animais considerados como os de maior importância quando ocorrem episódios de infecção humana por *Toxoplasma*. Outras espécies animais transmitem as formas intermediárias do agente, estando envolvidos: suínos, bovinos, aves, eqüinos e outros.

A toxoplasmose apresenta diferentes níveis de gravidade, na dependência da resistência individual dos diversos hospedeiros. Ela é de maior gravidade em gestantes, podendo produzir aborto, mal formação ou a morte do feto em desenvolvimento. Deve-se considerar a situação especial de pessoas imunodeprimidas, como os doentes de AIDS, os portadores de alguns tipos de

câncer, que estejam recebendo quimio ou radioterapia, e os transplantados, que apresentam quadros de maior gravidade pela dificuldade ou incapacidade de seus organismos reagirem contra o agente da doença.

É comum a infecção de crianças que ingerem os ovos de *Toxoplasma*, eliminados com as fezes de animais em tanques de areia de parques e de escolas ou em outros locais de terreno arenoso. Os locais de uso para o lazer infantil devem ser fechados, impedindo o acesso de animais, e a areia, periodicamente, aspergida com desinfetantes e/ou trocada.

As medidas de prevenção da toxoplasmose são a higiene pessoal, a higiene ambiental, o uso de vestimentas protetoras em atividades de jardinagem ou de cultivo de plantas, e a orientação e o tratamento específico por médico veterinário de gatos e de outros animais doentes ou portadores.

COMPLEXO LARVA MIGRANS CUTÂNEA OU BICHO GEOGRÁFICO/ANCILOSTOMÍASE

A ancilostomíase é uma doença intestinal, endoparasitária de cães e gatos. O *Ancylostoma* nos cães e gatos tem um ciclo com uma fase gastro-entérica, tendo seus ovos eliminados com as fezes. Quando a eliminação ocorre em solos arenosos e em condições de umidade e temperatura favoráveis, o parasita evolui para uma fase larvar. O ser humano envolve-se no ciclo do parasita ao expor sua pele ao contato direto com terrenos arenosos, como praias e tanques de areia, onde os animais eliminam suas fezes contendo ovos. As larvas permanecem viáveis nos terrenos arenosos e podem penetrar nas camadas superficiais da pele de pessoas, percorrendo o tecido sub-cutâneo, em busca de vasos sanguíneos para completarem seu ciclo evolutivo. Como o ser humano não é o hospedeiro definitivo do parasita, ele permanece migrando sob a pele, onde delinea sulcos, conhecidos como mapas, daí o nome bicho geográfico.

O controle da doença se faz pela administração de vermífugos a cães ou gatos, pelo impedimento que circulem em praias e demais locais de lazer, com terrenos arenosos, por cuidados pessoais no uso de áreas públicas e pela limpeza diária e troca periódica da areia de tanques utilizados para o lazer de crianças.

COMPLEXO LARVA MIGRANS VISCERAL/TOXOCARIOSE

O complexo *larva migrans/toxocariose* é originado por uma parasitose intestinal de cães e de gatos, causada por um verme do gênero *Toxocara*, e atinge o ser humano, principalmente crianças, devido à eliminação de fezes de animais jovens em locais de terra, como parques, jardins, hortas comunitárias e outros terrenos. A ingestão dos ovos do parasita ocorre por inadequada higiene das mãos ou dos brinquedos utilizados.

Dos ovos são liberadas larvas no intestino que passam para a corrente sanguínea e circulam pelos vários tecidos. Como o ser humano não é o hospedeiro

adequado para o parasita, as larvas não completam o ciclo evolutivo, podendo se alojar em diversos tecidos e órgãos, em especial no fígado, no globo ocular ou no cérebro humano causando lesões de muita gravidade.

O controle da toxocaríose se dá pela administração de vermífugos aos cães e aos gatos, sobretudo os jovens de até seis meses de idade, com a periodicidade indicada por médico veterinário.

Também, a higiene ambiental faz parte do processo de controle, devendo-se evitar a permanência de cães e de gatos em locais de lazer ou de atividades infantis e recolher rapidamente as fezes eliminadas em locais públicos ou de permanência de pessoas. A higiene pessoal é um importante fator que contribui para o controle.

OUTRAS ZOOSE

Existem diversas enfermidades, em especial as dermatites, que podem acometer o ser humano, às vezes até sem sintomas clínicos aparentes nos animais. Elas ocorrem quando o contato com os animais é muito estreito. Entre elas, podem ser citadas enfermidades parasitárias, como alguns tipos de sarna e processos bacterianos e micoses.

RAIVA E SUA IMPORTÂNCIA NO CONTEXTO SOCIAL

A raiva é uma zoonose de graves repercussões numa comunidade, pois é uma doença que afeta todos os mamíferos e sua evolução determina sempre a morte do doente. Trata-se de uma doença infecto-contagiosa, causada pelo vírus rábico, caracterizada por sintomas de comprometimento do sistema nervoso central (SNC), sob a forma de uma encefalite.

É uma doença de animais e os seres humanos não deveriam apresentá-la, se os métodos de controle fossem implementados e dirigidos às espécies animais.

Existem países em que a raiva foi erradicada. Em geral, são países insulares onde a reintrodução de animais raivosos é bloqueada por ações de vigilância e de quarentena. É o caso do Japão, das ilhas da Oceania, da Inglaterra e de algumas ilhas do Pacífico.

Outros países atingiram a situação de controle da raiva, mantendo, indefinidamente, sistemas eficientes de vigilância. Nesta condição, encontram-se a França, a Alemanha, a Espanha, o Canadá, os Estados Unidos da América, dentre outros.

Os países sul-americanos, com exceção do Uruguai, a África, países da Ásia e outros encontram-se em condições endêmicas ou epidêmicas de raiva. O Brasil apresenta intensa incidência de raiva nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e em alguns Estados da Região Sudeste. A Região Sul é considerada área controlada para raiva.

No Brasil, o principal animal transmissor da raiva à espécie humana e a outros animais continua sendo o cão, responsável por cerca de 85% dos casos. Em segundo lugar, encontram-se os morcegos (quirópteros). A seguir, situam-se os

gatos e as demais espécies mamíferas, como bovinos, eqüinos, caprinos, suínos e outros animais domésticos e silvestres.

A transmissão do vírus rábico ocorre pela saliva de um animal raivoso que morde, arranha, lambe ou a deposita em pele recentemente escoriada (ferida) ou em mucosas íntegras.

A transmissão do vírus rábico por cães e gatos ocorre de 3 a 5 dias antes da manifestação de sintomas evidentes, persistindo durante toda a fase de evolução clínica do quadro. O óbito sobrevem em cerca de 4 a 7 dias após o início da evolução da doença, que compreende o período assintomático e o período sintomático.

O período de tempo decorrido entre o momento da infecção (contato direto com a saliva do animal raivoso) até a manifestação dos primeiros sintomas é o período de incubação e pode ser muito variável. Existem registros de período de incubação de raiva que variam desde 12 dias a mais de 2 anos, tanto para animais como para seres humanos.

Os sintomas variam pouco de espécie para espécie, podendo se apresentar com quadros que, para efeito didático, se dividem em raiva furiosa, raiva paralítica, raiva pruriginosa e raiva muda. Em todos os casos, a encefalite produz uma excitação do SNC e preserva a consciência, alternando-a com períodos de inconsciência, até a instalação do coma, sucedido pela morte do doente.

Os sintomas em animais podem ser resumidos em:

- a) **raiva furiosa:** alteração de comportamento, intensificação da sensibilidade a estímulos luminosos, sonoros e aéreos, perda do senso de limites territoriais, paralisias que se iniciam nos membros posteriores, impossibilitando uma marcha reta, e que evoluem atingindo os músculos da cara e da garganta, de modo a manter a boca aberta por onde escorre saliva e impede a deglutição de alimentos e de água. A morte ocorre por parada central das funções do centro cárdio-respiratório e paralisia da musculatura respiratória e do diafragma;
- b) **raiva paralítica:** alteração de comportamento, procura por locais escuros e isolados, sinais breves ou inexistentes de agressividade, instalação de paralisias seguidas por morte.
- c) **raiva pruriginosa:** sinais indefinidos, com predominância de prurido intenso que leva o animal a se auto-mutilar. Em especial em eqüinos, esta forma de raiva promove danos graves e intensos.
- d) **raiva muda:** os sinais de doença são indefinidos, o animal se esconde e vem a morrer sem diagnóstico clínico.

É importante considerar que, em todas as formas de manifestação de raiva, os animais de quaisquer espécies apresentam a potencialidade de transmitir o vírus rábico.

As **medidas de controle da raiva** são simples e implicam no comprometimento de cada um dos membros de uma comunidade e, em especial, de proprietários de animais.

Elas se resumem em:

- a) vacinação periódica contra a raiva de animais de estimação e de animais domésticos de exploração econômica;

- b) controle da mobilidade dos animais de estimação pelo uso de coleiras e guias ao saírem a passeio e pela domiciliação. Para animais de interesse econômico (bovinos, suínos, eqüinos, caprinos e ovinos), recomenda-se o manejo adequado, no qual se inclui a vacinação periódica contra a raiva, evitar o ingresso de animais estranhos nas áreas em que forem criados;
- c) observação de cães e de gatos por dez dias a contar da data em que promovam alguma lesão, como mordedura ou arranhadura ou depositem saliva em pele recentemente escoriada ou mucosas íntegras de quem com eles interajam;
- d) encaminhamento do animal para exames, mesmo depois de sua morte;
- e) lavagem imediata do ferimento com água abundante e sabão;
- f) consulta médica para as orientações e tratamentos necessários;
- g) controle na formação de abrigos e na oferta de alimentos para animais sem controle,
- h) preservação ambiental, evitando alteração aleatória de reservas naturais, tais como queimadas, desmatamentos, invasões e proliferação de núcleos de sub-moradias em áreas de mananciais e aterros sanitários concluídos;
- i) atitudes que evitem contatos com animais selvagens, contrapondo-se ao comércio ilegal, à matança indiscriminada e à domiciliação de espécimes retirados de seus ambientes naturais.

MORCEGOS: SEU PAPEL NA NATUREZA E NO CICLO EPIDEMIOLÓGICO DA RAIVA

Os morcegos são animais mamíferos que têm um importante papel na preservação do meio ambiente e são os únicos mamíferos que têm a capacidade de voar; são chamados quirópteros, por terem seus membros superiores transformados em asas. São animais de hábitos crepusculares ou noturnos e dispõem de um sistema de ecolocalização que lhes assegura a orientação noturna, conhecido como o “sonar dos morcegos”.

A palavra quiróptero vem do grego: “quiro” significa mão e “ptero”, asa. A classificação das espécies de morcegos se faz conforme seus hábitos alimentares. Conforme os hábitos alimentares mais frequentes, eles são divididos em insetívoros (insetos), frugívoros ou fitófagos (frutas, sementes e folhas), nectarívoros (néctar e pólen), piscívoros (peixes), onívoros (pequenos animais, como roedores, répteis, batráquios, aves e outros morcegos), hematófagos (exclusivamente, sangue).

Em suas atividades normais, os morcegos participam da preservação da natureza, dispersando sementes, auxiliando no controle de populações de insetos nocivos e animais daninhos à saúde, à agricultura e a outros aspectos ambientais. Por exemplo, na Amazônia, são elementos imprescindíveis para a manutenção e a restauração da floresta. Alguns países apresentam relatos de recuperação de áreas desertificadas de seus territórios pela ação de morcegos fitófagos.

Os morcegos participam do equilíbrio ecológico e devem ser preservados!

A título de curiosidade, é importante esclarecer que os morcegos não são “ratos velhos” que se transformam em “formas aladas”, de acordo com a crença popular. Também existem lendas sobre os vampiros e sua sede por sangue, sendo conveniente lembrar que não são todas as espécies que se alimentam de sangue, apenas os hematófagos. Várias outras crenças associam os morcegos a rituais, como os de fertilidade e bruxarias. Também, existe uma sub-ordem de morcegos, chamados raposas voadoras, que é encontrada na África, Ásia e Oceania, que serve de alimento às populações locais, estando em vias de extinção.

Os abrigos são muito variados, podendo ser naturais – cavernas, fendas de rocha, ocos-de-árvores, folhagens densas, palhadas, superfícies de troncos, árvores de copa fechada – ou artificiais – poços abandonados, fornos de carvão, casas inabitadas, embaixo de estruturas e pontes em rodovias, chaminés, cumeeiras, forros, beirais, torres de igrejas, campanários, minas e outros. Em cidades, os morcegos encontram abrigo em caixas de persianas, elementos arquitetônicos decorativos, juntas de dilatação, sótãos, porões, dutos de ventilação, folhagens de jardins, telhados, que constituem verdadeiras “cavernas artificiais”

Nas cidades, observa-se um importante aumento de morcegos insetívoros devido à proliferação de mosquitos, pernilongos, mariposas e outros insetos, atraídos pela iluminação pública. Se os morcegos não atuassem no controle de insetos, seria muito desconfortável e insalubre conviver com a quantidade de pernilongos que existiria nos domicílios de uma cidade.

De aproximadamente mil espécies de morcegos identificadas, apenas três possuem hábitos hematófagos. Elas se distribuem pelo território que vai do México ao sul da Argentina, não existindo em outras partes do mundo. A natureza encontrou nos hematófagos uma forma importante de controlar a densidade populacional de espécies silvestres. Quando eles transmitem o vírus da raiva, facilitam a ocorrência de epidemias que dizimam um número considerável de animais, seja entre os sugados, seja entre os próprios quirópteros, restabelecendo o equilíbrio populacional.

Os animais mais freqüentemente sugados são bovinos, eqüinos, suínos e aves. Em condições de vida selvagem, existem várias espécies animais que lhes servem de fonte alimentar. Caso exista escassez de animais para sua alimentação, podem utilizar a espécie humana como fonte de alimento. Devido ao hábito alimentar hematófago, é favorecida a possibilidade de transmitirem o vírus da raiva aos animais nos quais os morcegos se alimentam.

Nos abrigos naturais, alojam-se morcegos hematófagos e não hematófagos. Pelo hábito de higiene corporal, os animais de uma mesma colônia lambem-se uns aos outros e, como as espécies não hematófagas também se envolvem no ciclo epidemiológico da raiva, um espécime raivoso pode transmitir o vírus da raiva a outros que podem vir a se infectar e transmitir o vírus a outros animais e a seres humanos. A infecção humana pode ocorrer pela mordedura do animal, que procura se defender, pela alimentação dos hematófagos ou pela simples manipulação dos animais, mesmo sem que ocorra uma nítida lesão de pele.

É importante evitar a formação de abrigos nas proximidades ou nas residências e outros locais de permanência humana. Os animais de estimação,

como cães e gatos, podem adquirir infecções transmitidas por morcegos encontrados no chão ou por seus hábitos de caça.

Evitar tocar em morcegos, em qualquer situação, prevenindo riscos de acidentes ou de infecções!

Se acometidos por raiva, os morcegos desenvolvem a doença e morrem, como todos os mamíferos. Os sintomas mais importantes para avaliação prática de um morcego raivoso são os vôos diurnos e a incapacidade de se desviarem de obstáculos, independentemente da espécie. Além da raiva, os morcegos estão envolvidos na transmissão de uma ampla gama de doenças, dentre as quais encefalomyelites eqüinas, salmoneloses, histoplasmose, criptococose.

Quando algum morcego for encontrado em ambientes escolares ou residenciais, não tocá-lo. Procurar os serviços de controle de raiva, Serviços de Controle de Zoonoses das Prefeituras, as Casas da Agricultura ou os Postos de Saúde, para os procedimentos adequados.

ANIMAIS SILVESTRES E AS CONTRA-INDICAÇÕES PARA A MANUTENÇÃO COMO ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO

A posse de um animal silvestre implica num crime inafiançável, conforme o estabelecido pela Lei 9605/98. No Brasil, o órgão controlador dos atos contra o meio ambiente é o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), que deverá ser acionado sempre que se verificarem atos danosos ao ambiente e às espécies animais ou vegetais que o compõem.

Animais silvestres, como macacos, sagüis, araras, periquitos, papagaios, bichos-preguiças, jaguatiricas, leões, iguanas, teiús, monstros de gila, cobras, tartarugas, jabutis e muitos outros apresentam características comportamentais, necessidades ambientais e doenças específicas a cada uma das espécies. Quando são retirados de seus ambientes naturais, para fins de comercialização clandestina, ocorrem devastações das áreas naturalmente ocupadas e desenvolve-se um comércio ilegal. Em geral, são capturados os mais fracos ou os mais dependentes. Se as suas colônias ou seus grupos ou bandos se caracterizarem por hábitos hierarquizados, esta captura determinará a morte de vários espécimes ou exemplares adultos, principalmente as fêmeas que procurarão defender seus descendentes ou suas proles. Quando as fêmeas são mortas, ocorre uma importante interferência na reprodução da espécie, razão pela qual muitas vão à extinção. Também, pela morte ou pela captura de vários desses animais, ocorre um

desequilíbrio ecológico, interferindo na vida e na preservação de outras espécies da região.

O transporte é um fator importante de desgaste porque é ilegal e precário, sendo um fator de morte para a maioria dos animais.

Em áreas urbanas, estes animais sofrem desgastes físicos e emocionais, perdem sua identidade e seu reconhecimento como indivíduo, e também perdem a capacidade de reprodução, por se encontrarem em condições anormais à sua biologia. Muitos morrem em cativeiro.

Como os espécimes comercializados nas cidades são, em geral, os menos aptos ou os que apresentam piores condições de saúde, as resistências individuais são debilitadas e algumas doenças passam a se manifestar, como por exemplo malária, febre amarela, psitacose, ornitose e outras desconhecidas no meio urbano. Por serem doenças oriundas de áreas selváticas, determinam processos graves em seres humanos e em animais domésticos, sobrevivendo epidemias exóticas em áreas urbanas. É o caso, por exemplo, do herpes dos macacos, que causa uma encefalite fatal em seres humanos.

Mais grave é a ocorrência de infecções determinadas por agentes disseminados por animais contrabandeados de outros países, o que favorece a introdução de agentes de doenças desconhecidos em determinado meio ambiente.

Não raro, os mamíferos selvagens ou silvestres são trazidos em períodos de incubação de raiva. Inexistem métodos de detecção do vírus rábico nestas fases. Quando esses animais entram em contato com seres humanos, provocam infecções, causam a morte ou tratamentos que seriam desnecessários se tais contatos não ocorressem.

Os animais apresentam comportamentos próprios da espécie a que pertencem e que lhes são transferidos por herança genética, por ensinamentos parentais ou, ainda, pela observação de outros animais. Para que a venda clandestina se efetue rapidamente e alguns comportamentos considerados indesejáveis não se manifestem, os captadores e os vendedores administram produtos que determinam depressão, como tranqüilizantes, bebidas alcoólicas e outros. A dissimulação de agressividade se dá por meios cruéis. Felídeos têm seus dentes e suas garras extraídos.

Ao cessar o efeito dos produtos utilizados e, se crescerem e chegarem à maturidade, os animais passam a manifestar comportamentos próprios da espécie, como sinais de agressividade para determinar liderança, posse, limites territoriais, medo, descontentamento com o ambiente ou com seus habitantes. É em ocasiões como estas que produzem agravos intensos, fogem ou são abandonados nas ruas, parques ou em domicílios de vizinhos.

Se o animal conseguir se readaptar a um novo local ou a um novo proprietário, o risco de disseminação de doenças e os danos promovidos podem se restringir. Mas, se ganhar espaços abertos, pode causar incômodos graves, danificar bens públicos ou particulares e transmitir doenças mais amplamente. Quando isto ocorre, mais uma significativa parcela morre. Ainda que alguns sejam recolhidos por órgãos públicos e encaminhados para readaptação em estações ecológicas, os animais sobreviventes perderam suas habilidades específicas, sendo abatidos por seus predadores naturais ou morrendo por mais um estresse.

ANIMAIS SILVESTRES NÃO SÃO ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO

A posse de animais silvestres pode acarretar problemas com a Justiça, contribuir para danos importantes no meio ambiente, declínio da qualidade de vida dos animais e de seres humanos e interferir na preservação das espécies.

POSSE RESPONSÁVEL

A posse responsável de animais de estimação, traduz o exercício consciente e edificante da cidadania, a educação e os hábitos culturais diferenciados de uma sociedade.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A OPÇÃO DE TER UM ANIMAL DE ESTIMAÇÃO

É preciso considerar com cuidado esta opção, visto que se trata de um ser vivo real e não um bicho de pelúcia. Tem suas tendências, seus padrões de comportamento, qualidades, aptidões e defeitos.

Sejam cães ou gatos, vivem em média de 10 a 12 anos e, durante todo esse tempo, eles dependerão de seu dono para tudo: alimentação, higiene, saúde, vacinações, lazer, abrigo e afeto.

Conforme seus padrões de comportamento e a forma como forem adestrados, podem resultar relacionamentos positivos ou gerar problemas de difícil solução.

É indiscutível que tanto crianças como adultos aprendem muito com seus animais de estimação. Aprendem a valorizar a vida, a aceitar regras de comportamento e, também, a assumir a responsabilidade por outro ser vivo.

A convivência inicial precisa levar em conta o adestramento, que se inicia nas primeiras semanas de vida, a fim de garantir uma boa sociabilidade do animal e tornar a relação prazerosa. Também são importantes os seguintes aspectos: conhecer a origem do animal, os padrões da raça escolhida, seus comportamentos típicos e as características dos pais e dos demais filhotes da mesma ninhada.

A satisfação por cuidar de um animal de estimação leva adultos e crianças a ampliarem seus conhecimentos em outras áreas afetivas, como sentimentos de proteção, carinho, responsabilidade, paciência, interferindo e melhorando as relações humanas.

Caso não haja aptidão do interessado no animal, podem ser gerados conflitos de ordem pessoal, familiar e social. O proprietário deve exercer comandos e ter ascendência a fim de desfrutar momentos de alegria, sem perturbar as pessoas da mesma residência e da vizinhança, além de poder dispor de espaço e tempo para

conviver com o animal e para desfrutar seus próprios momentos de isolamento. Deve ter força física para controlar o animal escolhido, além do que sua presença deve ser compatível com seus hábitos pessoais, divertimentos e momentos de descanso. Uma pessoa sedentária precisa considerar que os passeios diários são uma necessidade importante para os cães.

Ao se introduzir um animal numa residência, deve-se pensar quem providenciará a alimentação, a higiene ambiental e os banhos. Existe vontade e tempo livre para estes compromissos? Quanto tempo será necessário e durante que período esta disposição se manterá?

A escolha de um animal de estimação deve considerar:

Concordância de todos os familiares

A aquisição ou a obtenção de um animal interfere com os hábitos de uma família. Ocorre uma interação que se reflete no adestramento, nos cuidados, nos estímulos e na formação do novo animal.

As condições de manutenção de um animal de estimação envolvem a interação com os familiares do interessado. O desenvolvimento de problemas de ordem pessoal pode se iniciar com a introdução de um animal, evoluindo para desentendimentos que podem redundar na frustração de dispensar um companheiro no qual foram investidos tempo, esforço e sentimentos.

Às vezes, pequenas demonstrações de insubordinação precisam ser devidamente controladas para não se tornarem problemas mais sérios. Podem ser atitudes viciosas, que se controlam tão logo se manifestem, ou atitudes de domínio, próprias da espécie canina ou da espécie felina, de difícil controle se mantidas indefinidamente.

Deve-se considerar, também, a existência de outros animais na residência. A introdução de um novo pode ser interpretada como uma invasão e as atitudes de defesa de território gerar brigas de graves conseqüências. São fatores importantes: mesma espécie ou espécies diferentes, mesmo sexo, temperamentos, espaço físico disponível.

A espécie

O cão é considerado o primeiro animal completamente domesticado e entrou na vida do homem há vários séculos.

Segundo estudos, provavelmente o que aproximou homens e cães foi o hábito comum da caça. Com o tempo, o homem percebeu que poderia ter no cão um companheiro de caça ou até mesmo que este animal poderia caçar para ele. Assim, foi criado o forte elo que os mantêm unidos até hoje.

São animais primariamente sociais, vivem em grupos quando não são domesticados, o que faz com que o hábito da caça seja evidente e bem característico.

O olfato é seu sentido mais aguçado com o qual é capaz de reconhecer o meio que o cerca, demarcar seu território e reconhecer odores, como uma parte de

urina em milhões de partes de água. É capaz de reconhecer seu dono mesmo a grandes distâncias.

Ao longo do seu antigo convívio com o homem teve essas finalidades aprimoradas pela seleção das raças e grupos de animais passaram a ser divididos por qualidades de uso, como o pastoreio, a guarda de território, a guarda dos rebanhos, a tração de trenós, a busca de sobreviventes em situações de calamidades entre outras.

Outra importante finalidade de uso, adotada recentemente, é sua participação no auxílio a deficientes físicos e visuais. Encontram-se registros dos resultados satisfatórios obtidos quando são utilizados na reabilitação de doentes mentais, de crianças com problemas comportamentais, de presidiários e como companhia para idosos.

Em atividades policiais, na busca de drogas e de criminosos, são de reconhecida importância.

Hoje, sem dúvida, a maioria dos cães destina-se a companhia, dependendo do ser humano para manutenção de sua saúde e de seu bem-estar. Esta relação implica em envolvimento de amizade, lealdade, manifestações de carinho e afeto.

Os gatos significaram muito para o homem, embora sua domiciliação tenha se dado mais tardiamente que a do cão. Em sua história, constam registros de que foram adorados pelos egípcios e massacrados na Idade Média, por se acreditar que personalizassem o mal.

Na Europa, os gatos não foram objetos de adoração, mas a exemplo do que ocorreu no início de sua domesticação no Egito, foram muito respeitados por sua excelência e sua habilidade na caça de camundongos e ratos. Por seu hábito de caça, sua presença foi extremamente importante durante a epidemia de peste bubônica, no século XI, quando se constituíram importante elemento no combate aos roedores responsáveis pela epidemia. Os imigrantes europeus os trouxeram para as Américas porque conheciam suas habilidades para caça e para companhia. Já no final do século XIX, eram presença constante em muitas fazendas e cidades.

O gato pode ser excelente companhia para quem vive só, em apartamentos ou dispõe de pouco tempo livre para seu animal de estimação. Especialmente os idosos encontram muitas vezes nos gatos sua companhia ideal. Eles dispensam os exercícios diários acompanhados, como os cães.

O território

Deve-se levar em conta o espaço reservado para um animal de estimação, seja ele de raça definida ou não.

Este espaço é importante para a espécie canina, contribuindo para a definição do caráter, de hábitos e para determinação de território pelo animal. É um fator de identidade.

Algumas raças de cães de porte pequeno ou médio podem se adaptar em espaços restritos, mas sempre são necessários exercícios diários e passeios controlados, independentemente do porte do animal.

Os gatos são animais sociais, mantendo relações com outros felinos, mesmo convivendo com a espécie humana em suas residências. Caso vivessem afastados da espécie humana, procurariam outros felinos, sendo classificados por ordem hierárquica, ocupando, portanto, uma posição definida no grupo que poderá ser modificada por brigas entre machos que disputem a liderança. As brigas por disputas de fêmeas no cio não ocorrem, pois a escolha dos parceiros é delas.

Quando castrados, sejam machos ou fêmeas, ocorre uma mudança na classificação social do grupo, sendo rebaixados ou rechaçados.

Adulto ou filhote

A vantagem do filhote é a possibilidade de tornar mais fácil a adaptação ao novo dono e ao novo lar. Aprenderá a atender aos comandos, se ensinado convenientemente e a tempo, sem agressividade, mas, com firmeza e persistência, inclusive sobre o local adequado para suas necessidades fisiológicas, além, naturalmente, de se poder desfrutar da graça e da ternura que os filhotes despertam, seja um filhote de leão, de urso, de gato ou de cão.

Um filhote deve obedecer a comandos simples, mas que o tornem capaz de se controlar:

- não investir contra pessoas ou outros animais;
- conviver com pessoas estranhas, como empregados, veterinários, treinadores, entregadores de mercadorias;
- acostumar com barulhos estranhos ou fortes, como trovões, sons de rádios ou televisões, aparelhos eletrodomésticos, fogos de artifício;
- permitir o desenvolvimento de métodos de higiene, como banho, tosa, corte de unha, limpeza das orelhas;
- apresentar disposição para carícias e para o adestramento mais complexo.

Os procedimentos relativos ao aprendizado de cães são definidos como:

Adestrar: tornar equilibrada a convivência entre o homem e o cão. Comandos para sentar, ficar, deitar, não morder pessoas, não se envolver em brigas com outros animais precisam ser ensinados e incorporados pelo cão, desde as primeiras semanas de vida.

Amestrar: ensinar truques, principalmente em circos (por exemplo, atravessar círculos com fogo, saltar de grandes alturas).

Treinar: desenvolver técnicas específicas para determinadas situações. São as técnicas utilizadas para localizar pessoas perdidas, objetos de valor e drogas.

No caso de gatos, o envolvimento com o proprietário se estabelece como numa conquista, sendo difícil treiná-los com subterfúgios de punição e de prêmios. Uma forma de aprendizado é pela observação de acontecimentos que envolvam outros animais da mesma residência ou manifestações de seus proprietários.

Os cães e os gatos precisam de atenção mais intensa e cuidados de higiene e prevenção de doenças durante os primeiros meses de vida. Desde cedo devem ser submetidos a esquemas de vacinação, exames de fezes, controle de parasitas, suplementação alimentar. Também, paciência, muita paciência, para superar chinelos mordidos, sapatos roídos, vasos revolvidos, objetos transformados em

brinquedos e toda sorte de “artes” que eles irão aprontar, devendo ser corrigidos a tempo e sutilmente pelo adestramento que vai determinar os limites da dominância.

A adaptação do cão adulto a um novo ambiente e a novas pessoas é mais difícil, mas, se ele e o novo dono se derem bem, as dificuldades poderão ser superadas. Surgirá a necessidade de reeducação no novo lar, determinando novos padrões de comportamento que serão influenciados pelo porte físico, pelo temperamento e pelos níveis de sociabilidade determinados em outras circunstâncias.

A avaliação higiênico-sanitária é tão imprescindível no adulto como no filhote das duas espécies.

Tanto no caso de cães como no de gatos, a escolha por um animal adulto pode ser gratificante se as condições de manutenção, de convívio e de estabelecimento de limites forem bem conduzidas.

Filhotes e adultos das duas espécies precisam de avaliação por médico veterinário para os cuidados específicos de que necessitam.

Finalidade de uso

Os cães destinados a guarda de propriedades, de rebanhos ou de pessoas, em geral, tem origem em raças apropriadas para este uso, porte médio ou grande e são adestrados por profissional que os treinam para responder corretamente aos comandos de seu dono. Os donos os mantêm mais afastados da convivência familiar pela função de proteção do território.

É importante considerar que todas as raças das espécies canina e felina trazem seus componentes genéticos instalados e as características de dominância e de delimitação de território, que independem de porte.

Conforme o adestramento a que forem submetidos e a forma como se desenvolver, os cães podem apresentar posturas mais agressivas ou mais submissas. É por este motivo que um cão não deve receber treinamento para atacar pessoas ou outros animais. Tal condicionamento apenas reforça comportamentos naturais, podendo se ter um animal sem controle, até mesmo do proprietário, gerando danos e problemas de graves repercussões. Manifestando sua tendência natural, já desempenhará a contento a proteção de seu território e do que ele contiver, inclusive as pessoas.

Os cães e os gatos destinados para companhia podem ser de qualquer porte. O importante é a integração com o ambiente e com as pessoas próximas. O convívio com o animal de companhia é mais estreito, passando muitas vezes a ser considerado como um “membro da família”. O fator de afetividade é mais intenso.

Também deve-se considerar o uso de animais para serviços com deficientes físicos, com idosos e com deficientes mentais, quando a interação se reveste de uma importância maior, quer pelo treinamento/adestramento desenvolvido, quer pela maior auto-estima e pela independência que os interessados passam a desfrutar.

As características de comportamento podem indicar que determinado uso seja inadequado para determinado cão. Suas posturas de dominância podem tornar

o convívio insuportável, o que se controla com uma boa orientação no momento da escolha do filhote ou mesmo do animal adulto.

Os gatos tem o hábito de caçar instalado e reforçado pela aprendizagem com a mãe, mas ele não está necessariamente associado à fome. Ele pode brincar ou jogar com a presa. A aparente crueldade leva a interpretações irreais. Ele é estimulado para caçar roedores e repreendido quando o mesmo ocorre com um pequeno pássaro.

Sexo

Além da opção por um animal, a questão da escolha do sexo é um fator a ser cuidadosamente examinado.

Pode ser apenas uma questão de gosto pessoal, mas devem ser considerados alguns aspectos como a finalidade de uso a que se destinam. Em geral, acredita-se que os machos da espécie canina apresentem comportamentos mais agressivos, mas as fêmeas também os apresentam, podendo se tornar em muitas situações mais agressivas que os machos.

Na escolha de exemplares machos ou fêmeas, deve-se considerar a possibilidade de reprodução e se será ou não bem-vinda.

Machos ou fêmeas de cães ou de gatos, erroneamente mantidos sem controle, mesmo que temporariamente, poderão gerar filhotes indesejados, existindo ainda o risco de acidentes e de transmissão de enfermidades entre os animais.

Um proprietário responsável planeja o momento adequado para a reprodução de seus animais e providencia lares onde os filhotes também terão os cuidados adequados.

Raça

A opção por um animal de raça implica em questões financeiras, em gosto pessoal e pode sofrer a interferência de modismos.

Não havendo preferência por alguma raça, a opção de adotar um animal nos canis das Prefeituras ou de entidades de proteção animal deve ser consciente e deve ser propiciado acompanhamento profissional prolongado a fim de:

- a) determinar as características comportamentais e os padrões de raça;
- b) esclarecer questões sobre as condições higiênico-sanitárias;
- c) apurar eventuais doenças que o esteja acometendo ou que venham a se manifestar após períodos de incubação variáveis.

Por outro lado, estes animais adotados, por serem desconhecidos quanto a sua origem, poderão manifestar, em qualquer fase de suas vidas, alterações fisiológicas, inclusive aquelas relacionadas ao comportamento, ao porte que atingirão na fase adulta, defeitos genéticos ou outros distúrbios.

A escolha de um animal de raça pode apresentar as mesmas questões abordadas para aqueles sem raça definida. Ela deve ser acompanhada por avaliações dos padrões de comportamento, tendências, susceptibilidade a diferentes fatores ambientais, defeitos mais frequentes a serem evitados, grau de

aprendizagem que atingem e, sobretudo, a origem dos animais disponíveis no mercado.

Muitas pessoas, por diversas razões, como simpatia, piedade ou solidariedade, recolhem animais estranhos encontrados nas ruas, pois realmente é chocante encontrar um animal abandonado e sem quaisquer condições de controle. No entanto, esta é uma das práticas de maior risco por se tratar de uma situação sem parâmetros e que, em geral, acaba por se transformar em agravos, em doenças e em fuga, motivados pelo ambiente estranho onde o animal foi introduzido.

Pelagem

Animais de pelagem curta podem ser de mais fácil manutenção. Os banhos são mais simples, necessitam de menores períodos de tempo para escovação para se apresentarem em ordem e para controlar ectoparasitas e resíduos de descamação da pele ou adquiridos do ambiente.

Algumas raças de animais de pelo curto são mais susceptíveis que outras a dermatites, como é o caso do dálmata e de gatos de pelagem branca, que sofrem com a exposição prolongada ao sol, apresentando desde queimaduras a câncer de pele.

A pelagem longa necessita, se determinado pelo padrão da raça, de tosas especiais, realizadas por profissionais capacitados, escovação mais freqüente do que para os animais de pelos curtos a fim de se apresentarem arrumados, os pelos não embarçarem e evitar o acúmulo de resíduos no animal, como é o caso das raças *poodle*, *cocker spaniel*, *collie*, *afghan hound*, *setter* ou mesmo de cães sem raça definida e de pelo semi-longo.

Os mesmos cuidados de higiene, escovação e controle se aplicam aos gatos.

Cães de orelhas e pelagem longas podem manifestar otites devido à umidade que se mantém após os banhos, especialmente em raças de orelhas pendulares com o *basset hound*, *daschund* e *cocker spaniel*.

MOBILIDADE ANIMAL

A Organização Mundial da Saúde, através de sua publicação *Guidelines for dog population management*, oferece a seguinte classificação para animais da espécie canina, que pode ser adaptada para a espécie felina, respeitadas as diferenças comportamentais e sociais das duas espécies:

Cães com dono, supervisionados ou controlados

Esses animais são absolutamente domiciliados, ou seja, dependem de seu dono para obter abrigo, alimentação, vacinas, higiene e lazer, saindo às ruas sempre com coleira e guia, acompanhado por pessoa com força suficiente para conduzi-los. No Brasil, são classificados como cães domiciliados.

Cães de família

Esses animais dependem do dono para sua alimentação e seu abrigo, mas não apresentam restrições quanto a sua movimentação, ou seja, têm livre acesso às ruas. No Brasil, são os cães semi-domiciliados.

A maioria dos proprietários não os registra e apenas os vacinam contra a raiva, por ocasião de campanhas desenvolvidas por órgãos públicos.

Cães comunitários ou de vizinhança

São animais que a comunidade “adota” mas ninguém se responsabiliza por eles. Recebem restos de comida e são objeto de pena. Abrigam-se em qualquer lugar e não recebem atenção quanto a vacinação de espécie alguma.

É freqüente observar a presença de gatos em árvores, em cemitérios e em praças, esperando que pessoas da comunidade lhes levem alimentos. Se esta fosse a única necessidade a atender, estariam isentos de doenças, em boas condições gerais de saúde, apresentariam condições físicas para se locomoverem sem dificuldade e as taxas de mortalidade seriam mínimas, determinadas por causas relativas à idade avançada. São os denominados cães errantes.

Cães errantes, selvagens ou feras

São independentes e sem controle.

Em geral, são estes extratos da população canina e da felina, os responsáveis pela disseminação de agentes de zoonoses que podem infectar os demais extratos e os seres humanos. Eventualmente, cães errantes podem ser animais que tenham fugido ou se perdido, ou gatos errantes podem ter sido colocados em liberdade incontrolada a fim de que procurassem seus grupos.

Muitas vezes, podem ser observados cães e gatos sem controle que se adaptam à vida em áreas remanescentes de florestas, sendo denominados animais feras ou selvagens. Determinam desequilíbrios ecológicos, por destruírem ninhos para se alimentar dos ovos e competem com animais silvestres. Como exemplo, podem ser referidos gambás, ouriços, tatus, cachorros-do-mato e aves, como o mutum, alguns dos quais estão ameaçados de extinção. Deve-se considerar que cães e gatos vivendo nestas condições propiciam a disseminação de zoonoses e diversas outras doenças infecto-contagiosas entre os animais silvestres, assoberbando a gravidade de sua permanência no ambiente.

Existem comprovações que referem ser o comportamento agressivo dos cães selvagens mais intenso do que o comportamento de qualquer outro animal, mesmo os das espécies silvestres.

Os cães e os gatos de família, os comunitários e os errantes são os que apresentam maior importância do ponto de vista epidemiológico, pela manutenção de ciclos de zoonoses e como transmissores de doenças às pessoas que venham a ter contato com eles.

Os animais com dono são os únicos animais passíveis de um estrito controle em relação a procriação, vacinação, domiciliação, não mantendo contato com animais sem controle ou doentes que, por sua vez, não dispõem de quaisquer formas de controle e de identificação, tais como registro, tatuagem ou outra forma de licença.

A maioria das pessoas considera o gato como um ser livre, que não precisa ser mantido sob constante controle. Esse é um erro e o controle de gatos é tão importante como é o dos cães, no sentido de garantir seu próprio bem-estar e o daqueles que com ele convivam.

Controle de danos ambientais

As condições do meio ambiente podem favorecer a sobrevivência de animais sem controle por lhes proporcionar alimento e abrigos em terrenos baldios, casas abandonadas, locais próximos a lixões, construções abandonadas, becos, pátios de estacionamento, facilitando a formação de matilhas, a procriação e a disseminação de agentes etiológicos das mais diversas doenças.

Eles também são responsabilizados por problemas, como poluição sonora resultante de brigas e latidos ou miados, por agravos a seres humanos e a outros animais, por invasões de residências, creches, escolas ou hospitais, provocando, também, danos ao patrimônio.

Em cidades turísticas, a poluição visual causada por dejetos e animais em precárias condições de saúde resulta no afastamento de visitantes, com significativa perda de ordem econômica.

CONTROLE REPRODUTIVO DE CÃES E GATOS

O cio em cadelas e gatas

O ciclo reprodutivo de cadelas e de gatas é constituído por diferentes fases que se repetem periodicamente e que é denominado ciclo estral.

Uma das fases é conhecida como cio e é quando se manifesta o período de fertilidade das fêmeas das espécies animais. É neste período que elas se mostram receptivas aos machos, ocorrendo os acasalamentos e a fertilização.

Durante o cio ocorrem mudanças de comportamento. Nas cadelas, observa-se aumento de volume da vulva, que é um órgão sexual externo, e sangramento com variação individual de intensidade. As gatas evidenciam esta fase pela emissão de sons que têm a finalidade de atrair os machos.

As cadelas apresentam o primeiro cio ao redor dos 6 meses de idade e eles se repetem duas vezes ao ano, durando cerca de quinze dias. O período fértil pode ocorrer do 8º ao 14º dia.

As gatas apresentam o cio a cada 21 dias, aproximadamente, durando cerca de 5 dias, especialmente da primavera ao outono. No inverno, ele pode ser suprimido e elas tem a fertilidade diminuída. A ovulação na gata ocorre no momento do acasalamento.

É bom salientar que, se ocorrerem vários acasalamentos com o mesmo macho ou com machos diferentes, as fêmeas podem ser fertilizadas e as ninhadas apresentarão filhotes com características diferentes.

Duração do período reprodutivo

Machos e fêmeas de cães e gatos apresentam capacidade reprodutiva durante toda a vida, podendo reproduzir com qualquer idade.

O período de gestação nos cães é de 60 dias, em média, e nos gatos, 62 dias.

O início da reprodução deve ocorrer a partir do completo desenvolvimento fisiológico do animal, ao redor de um a dois anos de idade.

Indicações de controle reprodutivo

O método de controle reprodutivo é de escolha do proprietário. Em cada situação, o proprietário deverá procurar orientação de médico veterinário que lhe apresentará as vantagens e as desvantagens e as potenciais conseqüências de cada método.

Indicações conforme as espécies animais

A escolha do método e o momento de aplicá-lo depende da orientação de médico veterinário e da opção pessoal e consciente do proprietário. Eles podem ser utilizados em cães e gatos, filhotes e adultos, machos ou fêmeas.

Indicações para machos

Para animais machos, os métodos de escolha recaem em domiciliação e em métodos cirúrgicos, não sendo utilizado os métodos químicos ou hormonais.

Idade ideal para a esterilização de animais

A idade ideal deve ser amplamente explanada pelo médico veterinário para que, junto com o proprietário, sejam definidos o momento, qual o procedimento de escolha e quais as possíveis conseqüências esperadas.

Podem existir divergências de caráter profissional, na dependência de cada escola de formação do médico veterinário, mas que se baseiam em comprovações científicas, não cabendo aqui maiores considerações.

Métodos disponíveis

Domiciliação

A domiciliação é um método de controle de reprodução que impede o animal de entrar em contato com outro do sexo oposto, não ocorrendo portanto o acasalamento.

É importante ter claro que, especialmente no caso de cães, criam-se transtornos pela manutenção incorreta de uma fêmea na rua, durante o período de cio, pois atrai machos, dentre eles os indevidamente deixados na rua por seus donos.

Além do incômodo e do constrangimento que podem causar à população, determinam riscos de acidentes, agravos a seres humanos, transmissão de doenças específicas da espécie e de zoonoses, com especial gravidade a raiva, favorecendo a perpetuação do vírus no ambiente.

Em geral, os proprietários de machos não se preocupam com a reprodução descontrolada de seus animais, pois não terão de conviver com filhotes indesejados e esquecem dos demais riscos desta prática inadequada.

Químicos

É a administração de medicamentos hormonais que interferem no ciclo reprodutivo, tornando, em geral, as fêmeas inférteis.

É um método que traz desvantagens pois a administração deve ser em datas corretas e favorece o aparecimento de tumores em órgãos reprodutivos, distúrbios hormonais e dificuldades em partos futuros, se houver um acasalamento programado ou acidental.

Cirúrgicos

É o método pelo qual são retirados os órgãos reprodutivos de machos ou de fêmeas, tornando-os definitivamente estéreis.

Vantagens e desvantagens dos métodos de controle reprodutivo

Método	Vantagens	Desvantagens
Domiciliação	Seguro, simples, baixo custo Preserva as características do animal.	Indicado apenas para animais mantidos sob controle.
Químicos	Inibição do cio, ausência de comportamentos de atração de machos e de reprodução Reversível	Custo, administração periódica e freqüente de dose adequada Possíveis efeitos colaterais indesejados
Cirúrgicos	Supressão definitiva da capacidade reprodutiva, de processos infecciosos e, nas fêmeas, de hemorragias uterinas Favorece a diminuição da incidência de tumores de mama ou de próstata	Custo, cuidados pré e pós-operatórios, possibilidade de alterações de características corpóreas e de comportamento Irreversível.

A diminuição da natalidade de cães e de gatos é uma das maneiras de contribuir para o controle de populações animais.

A diminuição do número de animais abandonados é de grande importância para promover o controle da raiva e de outras zoonoses, além do controle de doenças espécie-específicas, de maus tratos a animais soltos nas ruas, agressões a seres humanos e acidentes de trânsito.

O abandono de animais é um comportamento que depende da atuação da comunidade para o aprimoramento da qualidade de vida e do exercício da cidadania. Ele apresenta aspectos de ordem legal e deve ser abordado em atividades de educação e de promoção da saúde, evidenciando a importância da posse responsável.

O mês de agosto é considerado “o mês do cachorro louco”.
Devido ao cio, machos se aglomeram e disputam as fêmeas, ocasião em que o vírus rábico tem grande possibilidade de ser disseminado entre eles.
Após o período de incubação, de cerca de 60 dias, a raiva se manifesta nos animais infectados.
Em países de clima temperado ou tropical, como o Brasil, os cios ocorrem, com maior frequência, nos meses de dezembro e junho. Ocorrendo a infecção, a doença se manifesta com maior intensidade em fevereiro e em agosto. Portanto, se agosto fosse mês de cachorro louco, fevereiro também o seria.
Se os animais de estimação forem mantidos soltos, sem controle, nas ruas, mesmo em áreas controladas, correm o risco de infecção transmitida por cães ou gatos raivosos procedentes de outras cidades, onde a raiva ocorre em condições endêmicas ou epidêmicas. Constatou-se este fato em várias das cidades do Estado de São Paulo.

CONTROLE DA SAÚDE E DO BEM-ESTAR ANIMAL

A fim de oferecer subsídios quanto a cuidados básicos a serem dispensados a animais de estimação, apresenta-se um sumário de condutas recomendadas.

PRINCIPAIS DOENÇAS INFECTO-CONTAGIOSAS DE CÃES E DE GATOS

Existem doenças que afetam determinadas espécies animais e são conhecidas como espécie-específicas. Os cães e os gatos são afetados por uma ampla série de doenças determinadas por várias causas e que se enquadram nesta classificação. A título de exemplo, é apresentada uma pequena relação que aborda apenas doenças de caráter infecto-contagioso e que são específicas de cada uma das duas espécies. Elas são referidas pela alta frequência com que ocorrem e pelos intensos danos que determinam à saúde de cães e gatos.

Cinomose

Assim como a raiva, é uma doença infecto-contagiosa que determina um grave encefalite em cães, principalmente jovens. A diferença entre as duas doenças é que a cinomose não é transmissível a seres humanos. Os animais mais susceptíveis são os jovens, a partir de 2 a 3 meses de idade, mas pode atingir animais adultos e mesmo idosos, embora mais raramente.

É causada por um vírus, transmitido de animal para animal através de secreções nasais e oculares de um doente e que contaminam o solo, objetos,

alimentos, água ou pessoas. Apresenta três fases diferentes, podendo se manifestar por corrimentos nasais e oculares, tosse, espirros, pneumonia, diarreia, vômitos e comprometimento neurológico. A mortalidade entre os animais doentes é alta. Aqueles que se recuperam podem permanecer com seqüelas, principalmente secundárias ao comprometimento do sistema nervoso central.

A prevenção é feita com o uso de vacinas contra a cinomose, que devem ser administradas após avaliação médica veterinária para o estabelecimento dos esquemas indicados. Em geral, as vacinas comerciais contra cinomose são associadas às vacinas contra hepatite canina e leptospirose.

A evolução da cinomose pode ser confundida com a evolução da raiva e, para estabelecer com confiança o diagnóstico diferencial, sempre deve ser encaminhado material para exames de laboratório, a única forma de assegurar a causa da morte e o não comprometimento de seres humanos.

Hepatite canina

Também é uma doença causada por um vírus que compromete o fígado e afeta cães, principalmente nos dois primeiros anos de vida. Muitos cães podem ser infectados, não manifestarem sintomas e desenvolverem imunidade definitiva. Os animais podem manifestar sintomas de mal-estar geral, apatia, perda de apetite, sede intensa, febre, dor abdominal, diarreia, vômitos e icterícia, podendo evoluir para a morte.

A administração da vacina contra a hepatite canina é uma importante medida para proteção dos animais.

Leptospirose

Como já foi referido anteriormente, a leptospirose é uma grave doença infecto-contagiosa transmissível entre os animais e ao ser humano.

A leptospira é uma bactéria que apresenta diversos sorotipos ou sorovares, sendo freqüentemente identificados na espécie canina a *L. icterohaemorrhagiae* e a *L. canicola*, cujos reservatórios são ratos de esgoto, gambás, preás, cães e diversos outros animais.

Os sintomas podem se apresentar como febre alta, diarreia, apatia, perda de apetite, dor abdominal, urina de cor escura ou carregada e de odor forte, icterícia, úlceras na boca e mau hálito. A morte ocorre, principalmente nos quadros de maior gravidade.

A vacina contra leptospirose é associada com as vacinas contra cinomose e hepatite canina.

Parvovirose

É uma doença infecto-contagiosa causada por um vírus que atinge todos os canídeos, principalmente jovens. Caracteriza-se por distúrbios do aparelho digestivo, sendo mais conhecida pela intensa perda de sangue através do intestino,

determinando rápida desidratação e choque no animal doente. A mortalidade é alta.

A parvovirose pode ser prevenida pela administração de vacinas, que podem estar associadas ou não a outras vacinas indicadas para cães.

Rinotraqueíte dos gatos

É uma doença causada por um vírus e afeta, sobretudo, animais com idade de 1 a 3 meses. Sua evolução pode se apresentar desde sintomas leves, passando despercebida, ou até sintomas graves que levam o animal à morte, em cerca de uma semana.

Os sintomas da rinotraqueíte dos gatos são febre alta, lacrimejamento, conjuntivite, espirros, tosse, corrimentos nasal e ocular, apatia e perda de apetite. Podem evoluir para pneumonia e determinar a morte do animal.

O tratamento é o de suporte ou sintomático por não existir tratamento específico.

Panleucopenia felina

Também é causada por um vírus e atinge felinos de até um ano de idade, sendo rara em adultos. A transmissão se dá através de objetos, alimentos, água contaminados pelas secreções de um animal doente, por sua urina ou através de vetores como pulgas e a letalidade atinge níveis de 50 a 90% dos casos.

A evolução se caracteriza por sintomas como apatia, perda de apetite, febre alta, vômitos, diarreia, desidratação e morte. O tratamento é sintomático.

A doença pode ser prevenida pela administração anual de vacina. Devem ser vacinados animais jovens e as fêmeas reprodutoras, para proteção de recém-nascidos.

Calicivirose dos gatos

É outra doença causada por vírus e afeta gatos, especialmente até seis meses de idade. Os sintomas podem se apresentar como febre discreta, apetite caprichoso, fechamento das pálpebras, discretos corrimentos nasal e ocular que podem evoluir para purulentos, fissura ou ferida na comissura nasal, úlceras ou vesículas na língua e no palato e pneumonia. O animal pode se recuperar e raramente ocorre o óbito.

As três doenças que acometem os gatos, acima referidas, são causadas por vírus e apresentam sintomas semelhantes, mas os tratamentos são distintos. Quanto antes iniciados, maiores as probabilidades de recuperação dos animais.

As vacinas para prevenção destas enfermidades são encontradas no mercado, em geral associadas num mesmo produto e devem ser administradas com avaliação médica veterinária.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ACHA, P. N. & Szyfres, B. *Zoonosis y enfermedades transmissibles comunes al hombre y a los animales*. 2 ed. Washington. Organización Panamericana de la Salud (OPAS – Publicación Científica 503), 1986, 989p.
- ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO – Gatos – *Manual Prático Ilustrado*. JB Indústrias Gráficas. Projeto e execução editorial Pedro Paulo Popovic, Consultores Editoriais S/C Ltda (tradução de “You and your cats”, David Taylor, Dorling Kinderley, Londres, 1986, 292p.
- ANIMAIS, O melhor amigo do homem. *Globo Ciência*, 22-29, janeiro, 1998.
- ARKOW, P. Animal control laws and enforcement. *JAVMA*, 193(7): 1164-1171, 1991.
- BAER, G. *The natural history of rabies*. New York, Academic Press, 1975, 620p.
- BLAHA, T. *Epidemiologia especial veterinária*. Saragoza, Ed. Acribia, Espanha, 1995, 529p.
- CDC – Center for Disease Control – Veterinary Public Health Section, *Guidelines for treatment, investigation and control of animal bites*, 1992, 71p.
- CHOMEL, B. B. The modern epidemiological aspects of rabies in the world. *Comp. Immun. Microbiol., infect. dis.*, 16(1): 11-20, 1993.
- COMPRA de animais silvestres: um crime contra a natureza que deve ser combatido, *Piccolo*, 6(34): 9-10, maio/1998.
- CORRÊA, W. M. & CORRÊA, C. N. M. *Enfermidades infecciosas dos mamíferos domésticos*. 2ª ed. Editora Médica e Científica, 1992, 843p.
- CORRÊA, W. M. & CORRÊA, C. N. M. *A saúde do cão*. 1ª ed. Livraria Varela, São Paulo, 1982, 155p.
- CORTÊS, J. A. *Epidemiologia. Conceitos e princípios fundamentais*. Livraria Varela, São Paulo, 1993, 227p.
- KAPLAN, C.; TURNER, G. S. & WARREL, D. A. *Rabies. The facts*. 2nd ed. Oxford University Press, 1986, 126p.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Fundação Nacional de Saúde. *Morcegos em áreas urbanas e rurais: Manual de Manejo e de controle*. Brasília, 1998, 117p.
- OPAS – Organización Panamericana de la Salud. *Rabia urbana: Caracterización de áreas y estrategias para desarrollar actividades de control*, (s.n.t.) 1987, Documento preliminar.
- PRADA, I. L. S. *A alma dos animais*. 1ª ed. Ed. Mantiqueira de Ciências e Artes Ltda., Campos do Jordão. 1997, 63p.
- PURINA Alimentos, Como cuidar de um gato. *Publicação Técnica*, 72p.
- SCHNEIDER, M. C.; ALMEIDA, G. A.; SOUZA, L. M.; MORARES, N. B. & DIAZ, R. C. Controle da raiva no Brasil de 1980 a 1990. *Rev. Saúde Pública*, 30(02): 196-203, 1996.
- SCHNEIDER, M. C. Estudo de avaliação sobre área de risco para raiva no Brasil. Rio de Janeiro, 1990. [Dissertação de Mestrado – Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz]
- WHO Expert Committee on Rabies, Sixth Report, World Health Organization Technical Report Series, Geneva, 1973, 59p.
- WHO Expert Committee on Rabies, Seventh Report, World Health Organization Technical Report Series, Geneva, 1984, 116p.
- WHO Expert Committee on Rabies, Eighth Report, World Health Organization Technical Report Series, Geneva, 1992, 88p.
- WHO – World Society for the protection of animals. *Guidelines for the dog population management*, 1992, 212p.

GLOSSÁRIO

- Agente etiológico:** Organismo capaz de produzir uma doença em um hospedeiro susceptível.
- Agente infeccioso:** Organismo vivo capaz de produzir uma doença infecciosa em um hospedeiro susceptível.
- Agravo:** Dano causado a um organismo ou a uma função orgânica por um agente infeccioso ou outro agente causal.
- Anticorpos:** Proteínas encontradas no organismo de um hospedeiro, resultantes da reação por ele desenvolvida devido a um estímulo originado pelo contato com determinados agentes a fim de bloquear sua progressão ou sua ação.
- Colostro:** Substância segregada pelas glândulas mamárias das fêmeas mamíferas, imediatamente após o parto, estimulante do trânsito do conteúdo intestinal e da mobilidade intestinal, rico em anticorpos maternos que auxiliam a prevenção de doenças nos recém-nascidos.
- Comunidade:** Conjunto de seres vivos, de espécies diferentes, que habitam uma mesma área geográfica, estando sujeitos a condições de vida semelhantes e apresentando relações mútuas.
- Contágio:** Mecanismo de transmissão de uma infecção, caracterizado pela transferência rápida de material infectante do hospedeiro ao susceptível, em decorrência de contato direto ou por interposição de um veículo de transmissão como gotículas, aerossóis, fômites, desde que ocorra a presença concomitante dos hospedeiros no mesmo ambiente.
- Doença:** Alteração ou desvio do estado de equilíbrio que caracteriza a condição de saúde de um indivíduo, decorrente da interação de vários fatores. Associa-se a manifestações características, denominadas sintomas ou sinais.
- Doente:** Hospedeiro que manifesta desequilíbrio orgânico, mesmo que de forma indefinida.
- Endemia:** Presença constante ou prevalência usual de uma doença, numa população de uma determinada área geográfica.
- Epidemia:** Ocorrência de casos de mesma natureza em populações de um determinada área geográfica com intensidade superior à frequência usual.
- Infecção:** Processo de invasão de um organismo hospedeiro por um agente biológico e sua correspondente proliferação.
- Parasita:** Organismo, geralmente microscópico, que vive às expensas de outro, denominado hospedeiro, do qual depende para se abrigar, alimentar, evoluir, acarretando-lhe espoliação, transtornos de severidade variável, podendo, inclusive, matá-lo.
- Período de incubação:** Intervalo de tempo que se estende do momento da infecção até o aparecimento dos primeiros sintomas de uma doença.
- Promoção da saúde:** Conjunto de ações inespecíficas de prevenção desenvolvidas com o objetivo de melhoria da qualidade de vida e do bem-estar social.
- Risco:** Probabilidade de um susceptível vir a sofrer a ação de determinado agente etiológico ou de um evento.
- Saúde:** Estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou de enfermidade. (OMS)
- Sintoma:** Manifestação clínica indicativa de alteração funcional ou estrutural de um organismo hospedeiro de um agente etiológico. Qualquer mudança ou fenômeno provocado no organismo por uma doença e que, observados por meio de sinais ou descritos pelo doente, permitem estabelecer um diagnóstico.
- Susceptível:** Hospedeiro desprovido de suficiente resistência para impedir ou bloquear o desenvolvimento de uma doença.
- Suspeito:** Indivíduo cuja história clínica, sintomas e possível exposição a um agente infeccioso permite que se considere a

possibilidade de desenvolvimento ou de manifestação de uma doença transmissível.

Transmissão: Transferência de um agente infeccioso de uma fonte de infecção a uma susceptível.

Vacina: Produto contendo microorganismos completos, atenuados ou inativados, frações de seus componentes dotados de

caráter antigênico ou produtos de seu metabolismo e que provoca uma reação imunológica ativa e específica.

Vírus: Partícula infecciosa que contém informações genéticas e depende de células para se reproduzir ou replicar.

Zoonoses: Doenças infecciosas e parasitárias naturalmente transmissíveis entre as diversas espécies animais e o ser humano.